

O Brasil pode e deve voltar a crescer

Abílio Diniz

Diante a gravidade da situação externa e a recente escalada inflacionária, crescem os indícios de que, novamente, uma política recessiva estaria sendo aplicada em nossa economia. Como se não bastasse os efeitos negativos da recessão de 1981, alguns setores de opinião voltam a insistir nessa política como única alternativa para a crise. Uma alternativa com a qual, seguramente, não concorda a grande maioria dos empresários brasileiros, conscientes de que a aplicação de novas medidas recessivas pode levar a um agravamento da situação social e econômica interna a proporções, talvez, insuportáveis.

O objetivo deste artigo é o de demonstrar que, através da aplicação de medidas que liberem o setor privado da asfixia imposta pela atual política econômica, é possível a obtenção de crescimento compatível com as restrições externas. Este, se coerentemente planejado a médio e longo prazos, poderia vir a garantir, não apenas os ajustes necessários no setor externo, como também o pleno aproveitamento das nossas potencialidades econômicas.

Hoje já é possível uma clara avaliação dos resultados alcançados com a recessão de 1981, onde, junto a grande capacidade ociosa criada no setor industrial e a elevação dos índices de desemprego, assistimos também a significativa deterioração da qualidade de vida da maior parte da população.

Pelo lado do setor externo, todo este custo social resultou em um superávit de US\$ 1,2 milhão de dólares que, apesar de importante, está longe de resolver os nossos problemas de déficit global no balanço de pagamentos, que é hoje muito mais de natureza financeira; pouco sensível, portanto, a medidas recessionistas.

Do lado da inflação, como esta é predominantemente de custos, os ganhos obtidos com a recessão e retraiamento de mercado são passageiros. Durante a retração as empresas reduzem suas margens, porém como não podem conviver por largo tempo em condições de baixa lucratividade, tão logo os estoques são ajustados as no-

vas condições de demanda retraída, os preços voltam a subir. Isso porque as empresas apenas se dispõem a manter a produção caso haja recomposição dos preços relativos que permita a recuperação da margem preexistente.

Desta forma, não é com nenhuma surpresa que assistimos recentemente à elevação da taxa de inflação, provocada em alguns casos inclusive pelo próprio Governo que, tanto no caso das tarifas das empresas estatais como no dos preços agrícolas, foi obrigado a promover a recomposição de preços de modo a manter a viabilidade econômica desses empreendimentos.

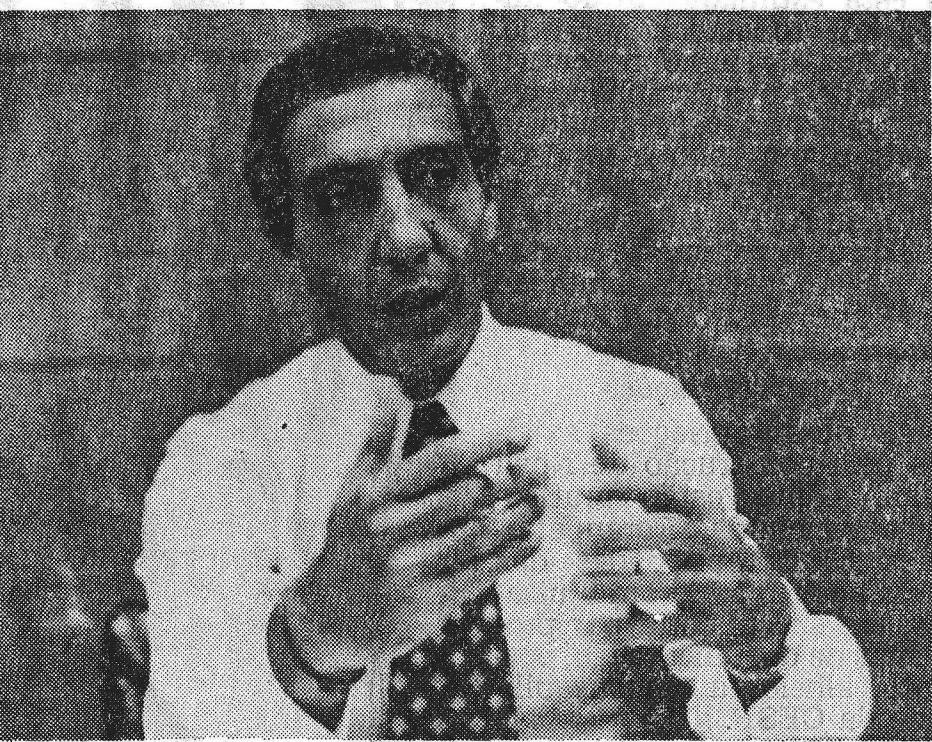
Por último é importante frisar que a inadequação da política recessiva como alternativa à crise atual não se constata apenas em nosso país. Basta olhar para Argentina e Chile, onde, a despeito de terem sido tomadas medidas drásticas, com efeitos ainda mais penosos para o setor produtivo e para a sociedade, continuam a persistir os mesmos problemas.

A partir desta constatação dos efeitos negativos da recessão é que julgo importante a discussão de uma outra alternativa para enfrentarmos as atuais adversidades.

Seria demasiada pretensão supor que no atual quadro de dificuldades impostas pela retração do comércio mundial, com a deterioração dos preços dos produtos primários e aumento no protecionismo dos países desenvolvidos, conseguíssemos resolver os dois principais problemas da economia brasileira, inflação e desequilíbrio do balanço de pagamentos, mantendo ainda uma razoável taxa de crescimento econômico.

No entanto considero viável a curto prazo a manutenção de uma taxa moderada de crescimento sem com isso elevar a taxa de inflação e mantendo equilibrada a balança comercial.

Para retomarmos o crescimento torna-se essencial a redução nas taxas de juros, o que, como vem sendo proposto por lideranças empresariais, pode ser obtido sem prejuízos do fluxo de recursos externos, através da vinculação dos empréstimos internos aos externos, com a retirada dos limites quantitativos de crédito. Esta redução permitiria a curto prazo uma retomada



dos investimentos privados que, assim como o investimento público, deveriam ser direcionados para setores pouco dependentes das importações. Este direcionamento é fundamental para evitar um crescimento induzido das importações.

O objetivo desta alternativa, que deveria ser acompanhada de contingenciamento seletivo das importações, seria o de evitar que a crise internacional acabe nos levando a uma situação insustentável, tanto a nível econômico como social. Consiste em tentativa de diminuir a curto prazo a influência da variável externa sobre a economia. Dentro deste contexto é fundamental que enquanto implementamos esta solução de curto prazo, estejamos voltados para uma perspectiva de médio e longo prazos onde certamente o grau de integração de nossa economia com os demais países tende a crescer.

É neste sentido que deveríamos procurar fortalecer as condições do mercado interno, dando com isso condições para que o nosso parque industrial possa se manter ativo e em cons-

tante renovação tecnológica, para que possamos continuar elevando a produtividade e a capacidade de competição, preparando-nos para o momento em que, a recuperação do comércio internacional, proporcione o pleno aproveitamento de nossas potencialidades.

É certo que o Brasil precisa aprofundar ainda mais o esforço exportador, no entanto, é preciso ter em mente que o tipo de industrialização que desejamos é bem diferente dos modelos estritamente exportadores que podem ser encontrados na Ásia onde, baseado na mão-de-obra barata, instalaram-se enclaves exportadores sem, praticamente, nenhuma integração com o restante da economia. A industrialização brasileira não pode ser exclusivamente exportadora apenas baseada na mão-de-obra barata, mas sim baseada também no mercado interno com aumento dos salários, o que só se torna possível com elevação da produtividade.

O desenvolvimento das exportações, a partir de um vigoroso mercado interno que dê às nossas indústrias

competitivas análoga às dos demais países industrializados, além dos benefícios advindos dos grandes projetos governamentais ora em andamento tanto na área de mineração como de geração de energias alternativas, permitirão a elevação da capacidade geradora de divisas, elemento crucial na sustentação de um projeto de desenvolvimento a longo prazo. Isso permitiria ao país não apenas poder cumprir com seus compromissos financeiros como restabelecer as condições de competição no comércio internacional, elevando o grau de abertura da economia de forma a poder usufruir das vantagens proporcionais pelo intercâmbio comercial.

Nós, brasileiros, conhecemos muito bem a enorme potencialidade do nosso país e sabemos também que políticas recessivas só podem retardar nosso desenvolvimento. A viabilização de uma política interna que garanta taxas positivas de crescimento, paralelamente a um contínuo diálogo com os banqueiros internacionais de forma a permitir a continuidade do financiamento para nossos déficits não comerciais deve ser o nosso propósito, para superarmos a crise de uma forma positiva, condigna com a nossa capacidade de enfrentar desafios.

Por último, analisando as consequências da crise no plano empresarial, é necessário lembrar que a recessão provoca um processo de depuração das empresas, onde dado o retrairo do mercado, não há lugar para todos. Nesse processo as empresas menos eficientes são mais atingidas, e somente conseguem sobreviver os mais aptos. É dentro deste contexto que se firma a atual estratégia da empresa: continuar investindo e elevando a produtividade, garantindo com isso a expansão não só nos setores onde atuamos como procurando identificar novas oportunidades de investimento, pois, afinal, a crise é um momento de transformações, e conseguir identificar as novas tendências é uma das condições para que a empresa seja bem-sucedida.

Abílio Diniz é o principal executivo do Grupo Pão de Açúcar e membro do Conselho Monetário Internacional